



Prefeitura Municipal
de Lavrinhas

Nome do Candidato

Inscrição

Caderno de Prova



Data 14/12/2019



3h00 de duração



50 questões

Cargo: Procurador Jurídico Municipal

INSTRUÇÕES

- Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.
- Verifique se este caderno contém 40 questões, numeradas de 1 a 40. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Transcreva, **com caneta de tinta preta**, as alternativas escolhidas para o GABARITO OFICIAL, sem cometer rasuras. Não deixe nenhuma em branco.
- Não será possível a substituição do Gabarito Oficial.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Não haverá tempo adicional para transcrição de respostas ao gabarito oficial.
- Terminada a prova entregue o gabarito oficial, a folha da prova dissertativa e o caderno de questões ao fiscal. Poderá ser levado **somente** o gabarito provisório de respostas.

  
Certo Errado Errado

Gabarito Provisório

1)	6)	11)	16)	21)	26)	31)	36)	41)	46)
2)	7)	12)	17)	22)	27)	32)	37)	42)	47)
3)	8)	13)	18)	23)	28)	33)	38)	43)	48)
4)	9)	14)	19)	24)	29)	34)	39)	44)	49)
5)	10)	15)	20)	25)	30)	35)	40)	45)	50)



AGIRH – Assessoria e Gestão Integrada
em Recursos Humanos S/C Ltda
Email: contato@agirh.org
<http://www.agirh.org>

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRINHAS

Concurso Público 01/2019

Cargo: Procurador Jurídico Municipal

Leia atentamente a canção *Apenas um rapaz latino-americano*, de Antonio Carlos Belchior, cantor e compositor brasileiro, para responder às questões de **1 a 3**.

Apenas um rapaz latino-americano

Eu sou apenas um rapaz latino-americano
Sem dinheiro no banco,
Sem parentes importantes, e vindo do interior

Mas trago, de cabeça, uma canção do rádio
Em que um antigo compositor baiano me dizia:
"tudo é divino, tudo é maravilhoso"

Tenho ouvido muitos discos,
Conversado com pessoas, caminhado meu caminho
Papo, som dentro da noite,
E não tenho um amigo sequer
Que acredite nisso, não.
Tudo muda e com toda razão!

Eu sou apenas um rapaz latino-americano
Sem dinheiro no banco,
Sem parentes importantes, e vindo do interior

Mas sei que tudo é proibido,
aliás, eu queria dizer
Que tudo é permitido,
até beijar você no escuro do cinema
Quando ninguém nos vê

Não me peça que lhe faça uma canção como se deve
Correta, branca, suave, muito limpa, muito leve
Sons, palavras são navalhas
e eu não posso cantar como convém
Sem querer ferir ninguém

Mas não se preocupe, meu amigo
com os horrores que eu lhe digo
Isso é somente uma canção,
A vida, a vida realmente é diferente
Quer dizer, ao vivo é muito pior!

E eu sou apenas um rapaz latino-americano,
sem dinheiro no banco
Por favor não saque a arma no "saloon"
eu sou apenas o cantor

Mas se depois de cantar
você ainda quiser me atirar
Mate-me logo, à tarde, às três,
que à noite tenho um compromisso
E não posso faltar, por causa de vocês

Eu sou apenas um rapaz latino-americano
sem dinheiro no banco
Sem parentes importantes, e vindo do interior

Mas sei que nada é divino,
nada, nada é maravilhoso
Nada, nada é secreto,
nada, nada é misterioso, não
Na na na na na na na na

01- Leia atentamente as afirmações a seguir:

I – A caracterização vaga do eu lírico, na primeira estrofe, permite que a canção represente uma coletividade e não apenas um indivíduo específico.

II – As experiências, vivências e esclarecimentos na cidade grande levaram o eu lírico a concluir que nada é maravilhoso.

III – Há na quinta estrofe um tom de ironia: muito embora o eu lírico afirme que tudo é permitido, existem certas condições para essa permissão.

É (São) correta(s) a(s) afirmação(ões):

- a) Apenas III.
- b) I e II.
- c) Apenas I.
- d) Todas.

02- Leia atentamente as afirmações a seguir:

I – Para o eu lírico, as canções representam uma realidade diversa da vida real.

II – O eu lírico indica a existência de um “protocolo” de elaboração de músicas, protocolo esse respeitado por ele.

III – O pronome defino “o”, em “eu sou apenas o cantor”, tem um significado: indica que o cantor é o porta-voz de uma mensagem que não representa apenas ele.

É (São) incorreta(s) a(s) afirmação(ões):

- a) Apenas I.
- b) I e III.
- c) Apenas II.
- d) II e III.

03- A figura de linguagem presente em “nada, nada é maravilhoso/ Nada, nada é secreto, /nada, nada é misterioso,” é:

- a) Anacoluto.
- b) Pleonasma.
- c) Anáfora.
- d) Anti-horário.

Leia atentamente a tirinha da garotinha Mafalda a seguir para responder às questões 4 e 5:



04- Leia as afirmações a seguir:

I – A partir da leitura da tirinha, é possível concluir qual é o prato preferido de Mafalda.

II – A mãe de Mafalda mentiu porque na tigela não havia sopa.

III – Mafalda e sua mãe têm diferentes juízos de valor em relação à sopa.

É (São) **incorreta(s)** a(s) afirmativa(s):

- a) Apenas III.
- b) Apenas I.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas II.

05- Assinale a alternativa incorreta:

- a) Há, no segundo quadrinho, um exemplo de interjeição.
- b) Ao longo de toda a tirinha, há três verbos de ligação.
- c) Segundo a norma culta da língua, o adequado seria “Não se fala palavrão à mesa”.
- d) Há, no primeiro quadrinho, um exemplo de vocativo.

06-Assinale a alternativa cuja oração coordenada desempenha a mesma função da presente em “Não definimos o hotel, nem pesquisamos as passagens”:

- a) No espetáculo, Amanda dança e interpreta
- b) O bairro era extremamente rico; a cidade, porém, vivia em miséria.
- c) Ora age com o coração; ora age com a razão.
- d) Não tenho tempo, portanto não posso esperar.

07- A alternativa que apresenta um exemplo de palavra formada por composição é:

- a) Marujo.
- b) Embora.
- c) Feliz.
- d) Entardecer.

08- Acerca dos termos da oração, é possível afirmar que:

- a) Os termos integrantes da oração completam o sentido dos verbos e dos nomes.
- b) Na frase “João entregou o presente **à Maria**”, o termo em destaque é um exemplo de termo acessório da oração.
- c) Os vocativos são considerados termos integrantes da oração.
- d) Na frase “Precisa-se **de balconista**”, o termo em destaque é um exemplo de termo essencial da oração.

09-Assinale a alternativa correta, segundo a norma culta da língua:

- a) Camila obedeceu os pais.
- b) Joaquim prefere geografia do que história.
- c) Suas infrações de trânsito implicaram multa.
- d) O ensino deve visar o progresso social.

10-Assinale a alternativa correta, segundo a norma culta da língua:

- a) Esta sessão da loja é só para crianças.
- b) O marceneiro arrochou os parafusos.
- c) Falta-lhe censo de juízo.
- d) A Câmara caçou o deputado, com anuência do povo.

Conhecimento Geral:

11-A Flip – Festa Literária Internacional de Paraty é uma celebração da literatura, mas sua ação se estende a outros campos culturais. A Flip atua junto à cidade que a abriga e lança pontes com a comunidade internacional de escritores. Qual a autora homenageado pela Flip em 2020, que está recebendo muitas críticas?

- a) Elizabeth Bishop
- b) Lygia Fagundes Teles
- c) Raquel Queiroz
- d) Hilda Hilst

12- 30% dos mais de 100 milhões de trabalhadores brasileiros sofrem com a Síndrome de Burnout. Segundo o Ministério da Fazenda, só em 2017, cerca de 179 mil trabalhadores no Brasil foram afastados de suas atividades. A síndrome refere-se a:

- a) Esgotamento físico e mental relacionado ao trabalho.
- b) Ansiedade relacionada ao futuro do País.
- c) Transtornos osteo-musculares.
- d) Luto com morte de familiares.

13-A Força Aérea do (a) _____ anunciou nesta terça-feira (10/12/19) ter perdido "o contato via rádio" com um avião militar C130, que levava 38 pessoas a bordo. Ele decolou de Punta Arenas, sul do país, para uma base na Antártica. Preenche corretamente a lacuna:

- a) Bolívia.
- b) Chile.
- c) Colômbia.
- d) Argentina.

14-Marie Fredriksson, a cantora sueca que ficou conhecida como a voz do Roxette, morreu dia 09 de dezembro de 2019, aos 61 anos de idade. A musicista lutava desde 2002 contra:

- a) Um câncer no cérebro.
- b) Fibromialgia.
- c) Depressão.
- d) Câncer de pâncreas.

15-Os Jogos Olímpicos de 2020 será realizado na:

- a) França
- b) Estados Unidos
- c) África
- d) Japão

16- Complete: Segundo o artigo 68º, da Lei Orgânica de Lavrinhas, o Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município, _____, sob pena de perda do mandato.

- a) Por período superior a 05 (cinco) dias.
- b) Por período superior a 10 (dez) dias.
- c) Por período superior a 15 (quinze) dias.
- d) Por período superior a 20 (vinte) dias.

17- Artigo 165º da Lei Orgânica: A ação do Município no campo da assistência social objetivava:

I – A integração do indivíduo ao mercado de trabalho e no meio social;

II – O amparo à velhice e a criança abandonada;

III – A integração das comunidades carentes.

IV- O tratamento dos dependentes químicos do município.

São corretas:

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II, III
- d) I, II, III e IV

18- Lavrinhas foi inserida no mapa do Turismo Brasileiro em:

- a) 2015
- b) 2017
- c) 2018
- d) 2019

19- Sobre Lavrinhas assinale a alternativa incorreta:

- a) Lavrinhas conta hoje com sete bairros assim desenvolvidos: Centro, Pinheiros, Capela do Jacu, Jardim Mavisou e Village Campestre e ainda uma vasta zona rural onde se encontram os bairros Retiro dos Barbosa e Rio Claro.
- b) Localiza-se no estado de São Paulo, na região administrativa de São José dos Campos, no Vale do Paraíba Paulista, integrando o Circuito turístico “Caminhos do Rio Paraíba”
- c) Faz parte de duas importantes rotas, a Rota Franciscana (Religiosa – rota equilíbrio – Frei Galvão) e Estrada Real (maior rota turística do país. São mais de 1.630km de extensão, passando por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo).
- d) Possui uma área total de quase 167 Km² e delimita-se com os municípios de Cruzeiro, Queluz e Silveiras, no estado de São Paulo e a cidade de Paraisópolis, no estado de Minas Gerais.

20- Complete: O município de Lavrinhas teve origem no povoado fundado por Honório Fidélis do Espírito Santo e Manoel Novaes da Cruz, em 1828, em torno da Capela de São Francisco de Paula, na localidade denominada Pinheiros. Este povoado levou inicialmente o nome de São Francisco de Paula dos Pinheiros e pertencia ao antigo território de_____.

- a) Queluz
- b) Cruzeiro
- c) Areias
- d) Pinheiros

Conhecimentos Específicos

21-Em se tratando do controle de constitucionalidade em norma de Constituição Estadual, é correto afirmar que:

- a) Norma Estadual que legitime propositura de representação de inconstitucionalidade aos Deputados Federais e ao Procurador Geral do Estado, não fere a Constituição Federal.
- b) A Constituição Federal não reconhece a legitimação da representação de inconstitucionalidade aos mesmos legitimados da Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- c) Norma Estadual que legitime propositura de representação de inconstitucionalidade ao Ministério Público e ao Procurador Geral do Estado, não fere a Constituição Federal.
- d) Tratando-se de modo concentrado, sendo a norma estadual com conteúdo idêntico a norma constitucional federal, fica vedado o controle de constitucionalidade pelo Estado.

22-Na ação direta de inconstitucionalidade por omissão, no tocante as disposições legais regulamentadas, é correto afirmar que:

- a) Poderão ser suspensos os procedimentos administrativos, quando impetrado a medida cautelar.
- b) Após ser ajuizada a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, não caberá mais desistência.
- c) Existindo ação direta de inconstitucionalidade por omissão, e de ação indireta de inconstitucionalidade, no tocante ao caráter ambivalente destas ações, deverá uma delas ser extinta por litispendência, sem a devida resolução do mérito.
- d) Proferida decisão pela declaração de inconstitucionalidade por omissão, não caberá oposição de embargos de declaração, havendo o devido ajuizamento de ação rescisória.

23-A plena liberdade de associação para fins lícitos está garantida pela Constituição, sendo vedada a de caráter paramilitar, conforme estabelecido pelo Artigo 5º, tratando-se de direito fundamental, portanto, para a sua criação seria correto afirmar que:

- a) Depende de autorização do legislativo, através de projeto aprovado em plenário, porém pode ter suas atividades suspensas por decisão judicial.
- b) Não depende de autorização do poder público, mas só pode ter suas atividades suspensas por decisão judicial.
- c) Não depende de autorização do legislativo, através de projeto aprovado em plenário, mas pode ter suas atividades suspensa por iniciativa do poder público.
- d) Depende de autorização do judiciário e depende de decisão do mesmo órgão para ter suas atividades suspensas e encerradas.

24-Cidadã do Município "X", supondo que todas as informações estatais são de interesse coletivo e geral, pede informações sobre atividade estatal em determinado órgão público, aduzindo que todos os dados de interesse coletivo ou geral devem ser públicos. Examinando a Constituição Brasileira podemos afirmar que o acesso às informações devem ser:

- a) Depende de autorização do chefe do órgão público correspondente.
- b) Devido à publicidade dos atos, o acesso deverá ser absoluto.
- c) É limitado, devido ao sigilo imprescindível à segurança do Estado.
- d) Está limitado às informações disponíveis constantes nos sítios de informações estatais.

25-Poderá sofrer perda ou suspensão de seus direitos políticos, conforme estabelecido na Constituição Federal, através de:

- a) Condenação cível sem trânsito em julgado.
- b) Incapacidade civil total ou relativa, declarada judicialmente.
- c) Condenação administrativa por crime contra o patrimônio público.
- d) Condenação por crime de improbidade administrativa.

26-Dos direitos relativos à seguridade social, segundo a definição que lhe dá a Constituição Federal, em seu Artigo 194, podemos relacionar como adequados:

- a) Gastos com educação, do ensino fundamental e médio.
- b) Gastos referentes à saúde para melhorias no atendimento à população.
- c) Gastos referentes à programas de preservação da cultura da região.
- d) Gastos relacionados a instalação de guarda municipal.

27-Município “X”, dentro de Estado “Y”, que faz parte da Federação brasileira, descumpra ordem judicial do Tribunal de Justiça de seu Estado, diante deste fato, segundo a ordem jurídico-constitucional brasileira, é correto afirmar:

- a) O Tribunal de Justiça, só poderá requisitar intervenção do Estado no Município, através de Ação Indireta Interventiva, proposta pelo Promotor de Justiça, em razão da aplicação do princípio da simetria.
- b) Conforme súmula 614, do STF, a competência para propositura da ADI Interventiva é do Procurador Geral, sendo decretada pelo Presidente da República.
- c) A competência para julgamento da ação interventiva é do Tribunal de Justiça, conforme Artigo 35 da Constituição Federal, exigindo Ação Direta Interventiva proposta pelo Ministério Público.
- d) De acordo com o Artigo 35 CF/88 e a Súmula 614 do STF, cabe Ação Direta Interventiva Estadual, podendo ser ajuizada pelo Procurador-Geral de Justiça, junto ao Tribunal de Justiça local e sendo julgada procedente autoriza a intervenção estadual no referido Município, uma vez decretada pelo Governador do Estado.

28-O Procurador do Município “X” apresenta contestação devido a cobrança de ICMS na conta de luz de imóvel onde existe uma escola municipal, apresentando como alegação condição de ente político. Sobre tal fato, está correto afirmar que:

- a) O Município goza de imunidade recíproca, pois conforme decisão do STF, apenas o contribuinte de direito pode gozar de imunidade do ICMS.
- b) O Município não se apresenta como contribuinte de fato, sendo que trata-se de benefício coletivo, assim não assumindo o encargo tributário.
- c) A empresa concessionária prestadora do serviço de fornecimento de energia não tem competência para cobrar ICMS, tratando-se de cobrança indevida.
- d) Conforme decisão do STF, apenas o contribuinte de direito poderá alegar imunidade de ICMS. Para tanto o Município não goza de imunidade recíproca.

29-Maria e João, casados em regime de comunhão total de bens, entram com ação de divórcio, e dividem o patrimônio total em: um terreno situado no Município “X”, no valor de R\$ 160.000,00, ficará com Maria, e um terreno situado no Município “Y”, no valor de R\$ 130.000,00, ficará com João. Como ficarão os tributos a serem recolhidos nesta partilha:

- a) Deverá ser recolhido o ITCMD , de competência do Estado, com base de cálculo no valor de R\$ 15.000,00.
- b) Deverá ser recolhido o ITBI, sobre os dois imóveis, cada um para o Município onde estiver localizado.

c) Deverá ser recolhido o ITBI, de competência do Município onde está correndo a ação de divórcio, e o valor será sobre a base de cálculo de R\$ 15.000,00.

d) Neste caso não temos que falar em tributação dos bens, pois o regime do casamento era de comunhão total, então não existe neste caso a transferência do bem, e sim, apenas a repartição do patrimônio do casal.

30-Auto de infração por inadimplemento de tributo, o qual fora instituído por lei ordinária, poderá ser contestado sob o argumento, correto, de que o referido tributo deveria ter sido instituído por lei complementar. Qual o tributo exigido no referido auto de infração:

- a) Contribuição sindical
- b) Empréstimo compulsório
- c) Contribuição de melhoria
- d) Contribuição de intervenção no domínio econômico

31-O Município "X" por meio da Lei Municipal estabeleceu alíquotas progressivas do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU), tendo como base o valor do imóvel. Sobre tal medida é correto afirmar que:

- a) A lei municipal fere a Constituição Brasileira, pois alíquotas progressivas são permitidas apenas para assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.
- b) A lei municipal fere a Constituição Brasileira, pois alíquotas progressivas não são permitidas para a cobrança do IPTU.
- c) A lei municipal não fere a Constituição Brasileira, porém as alíquotas progressivas deveriam ser instituídas por Decreto.
- d) A Constituição Brasileira, em seu Artigo 156, estabelece a possibilidade de alíquotas progressivas para o IPTU em razão do valor venal do imóvel.

32-Cabe ao contribuinte mandado de segurança, contra ato praticado por autoridade coatora, com medida liminar de autorização para o não pagamento de tributo, devido à inconstitucionalidade de lei instituidora. Trata-se de:

- a) Extinção de crédito tributário
- b) Exclusão de crédito tributário
- c) Suspensão de crédito tributário
- d) Preferência de crédito tributário

33-Em casos de arrematação de imóvel em leilão judicial, depois de processo de execução fiscal para a cobrança de IPTU, se o arrematador venha a exigir pelo saldo devedor da execução, devido ao fato do valor da arrematação não ter coberto o valor exigido na execução, podemos dizer que a exigência é:

- a) Exigência correta, já que o arrematante passa a ser o sucessor do executado em relação ao imóvel, ficando tributos devidos sobre o mesmo imóvel, sob sua responsabilidade.
- b) Exigência incorreta, pois o crédito devido sub-roga-se sobre o valor da arrematação, estando o arrematante exonerado do pagamento do saldo devedor.

- c) Exigência correta, já que pago na arrematação não se faz suficiente para a cobertura dos débitos da execução.
- d) Exigência correta, pois a arrematação do bem, não impede o pagamento do imposto, e não pode causar prejuízo ao fisco.

34-O Prefeito do Município "X", unilateralmente, através de decreto municipal, faz alteração em linhas de transporte escolar, modificando o que estava previsto em contrato assinado anteriormente, através de licitação, com prazo de 12 meses. Tendo como objetivo beneficiar empresa específica, que tem como sócio o primo do Prefeito, lhe concedendo as linhas mais rentáveis. E distribuindo as linhas menos rentáveis as outras duas empresas contratadas através da mesma licitação. Qual a providência correta a ser tomada pelo Advogado das empresas prejudicadas:

- a) Pedido de liminar, através de ação judicial, para que o Juízo decrete a nulidade ou suspensão imediata do ato administrativo expedido pelo prefeito, devido ao vício e nulidade, por configurar fraude e atentado aos princípios da administração pública.
- b) Pedido de indenização contra o Município pelos prejuízos de ordem financeiras causados, através de ação judicial comum.
- c) Infelizmente, não cabe nenhum tipo de ação, já que os contratos são assinados pelo Prefeito, e o mesmo tem autonomia para modificá-los.
- d) Ação judicial para que as linhas rentáveis sejam remanejadas as demais empresas, já que a empresa beneficiada está irregular.

35-Marque a alternativa correta sobre as modalidades de extinção dos atos administrativos:

- a) A renúncia não decorre da vontade do beneficiário do ato, e sim do interesse público.
- b) A cassação não decorre do descumprimento de obrigações pelo beneficiário do ato.
- c) A revogação não pode ocorrer em atos legais e discricionários por oportunidade e conveniência.
- d) A caducidade se trata de modalidade de extinção em que ocorre a retirada do ato, devido ao surgimento de norma jurídica que tornou inadmissível situação anteriormente permitida pelo direito e outorgada por ato que o precedeu.

36-Quando ocorre a desconcentração administrativa de um ente político:

- a) Quando, com o intuito de organizar a gestão administrativa, cria mediante lei, órgãos internos em sua própria estrutura.
- b) Quando, a fim de auxiliar a administração pública direta, cria por lei específica, uma nova pessoa jurídica de direito público.
- c) Quando, a fim de auxiliar a administração pública direta, cria por lei e por prazo determinado, uma nova pessoa jurídica de direito privado.
- d) Quando, para auxiliar a administração pública direta, cria mediante lei, órgãos externos em a estrutura administrativa.

37-Sobre os pressupostos da revogação de licitação, está correto afirmar:

- a) A revogação da licitação deve ocorrer antes de seu termino e por mero juízo de conveniência e oportunidade da administração.
- b) A revogação da licitação poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que antes da assinatura do contrato, por mero juízo de oportunidade da administração.
- c) A revogação poderá ocorrer por razões de interesse público, devido a fato ocorrido durante o certame, independente de comprovação e justificativa da conduta, conforme interesse da administração.
- d) A revogação poderá ocorrer por razões de interesse público, devido a fato ocorrido durante o certame, devidamente comprovado, e suficiente para justificar a conduta.

38-O que significa julgamento objetivo, tendo que vista que trata-se de um dos princípios da licitação: (página 609-60)

- a) A proibição de cláusulas e condições, que comprometam o julgamento da proposta mais vantajosa à administração.
- b) A proibição de sigilo das propostas, permitindo aos interessados, antes da licitação, o conhecimento do objetivo das ofertas dos participantes.
- c) A proibição da utilização no julgamento das propostas, de elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado.
- d) A obrigatoriedade do julgamento célere e oral das propostas, sendo o licitante vencedor nomeado imediatamente.

39-Quanto a nulidade de um contrato administrativo nulo, a afirmativa correta é:

- a) A declaração de nulidade possui efeito *ex tunc*, ou seja, não opera retroativamente. Para tanto, a administração pública deve indenizar parcela executada.
- b) A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- c) A declaração de nulidade opera retroativamente, porém o licitante tem o direito A declaração de nulidade apenas produzirá efeitos se o valor do contrato for superior a 50 (cinquenta) salários mínimos, se o contratado já tenha iniciado os trabalhos.
- d) A nulidade exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

40-Agentes públicos são todas as pessoas físicas incumbidas, sob remuneração ou não, definitiva ou transitoriamente, do exercício da função ou atividade pública. Assim, podemos afirmar que:

- a) Os Notários e registradores são agentes públicos ocupantes de cargo efetivo e se aposentam compulsoriamente aos 60 (sessenta) anos de idade.
- b) Os Notários e registradores são Agentes públicos vitalícios, ocupantes de cargo efetivo, sendo assim, não se aposentam compulsoriamente aos 60 (sessenta) anos de idade.
- c) Os Notários e registradores são delegatários de serviços públicos, e devem ser aprovados através de concurso público.
- d) Os notários e registradores são delegatários de serviços públicos, e devem ser investidos em cargos efetivos devido sua aprovação em concurso público.

41-Determinado cidadão comprometido com o exercício de cidadania, seguindo os princípios da administração pública, verifica que uma obra pública do Município "X" está em desacordo com a Lei de Licitações, beneficiando claramente amigo particular do Prefeito. Com a devida documentação necessária, referente ao processo licitatório, entra com medida judicial para a proteção do patrimônio público. Qual a ação necessária:

- a) Ação civil pública, com pedido de medida cautelar para a anulação da licitação.
- b) Ação penal privada, pedindo o ressarcimento ao erário do valor recebido pelo amigo do prefeito pelo contrato nulo.
- c) Mandado de segurança coletivo, a fim de garantir a nulidade da licitação, e o ressarcimento aos cofres públicos.
- d) Ação popular para proteger o patrimônio público lesado.

42-Fora ajuizada ação para pagamento remuneratório de empregado público de uma sociedade de economia mista, de valores acima do teto constitucional, tendo como limite os valores dos subsídios pagos aos Ministros do STF. Nesta ação específica, podemos afirmar que:

- a) Na ação em tela, não sendo o empregado público, servidor da administração pública direta, poderá receber acima do teto constitucional.
- b) Toda a administração pública, direta ou indireta, está sujeita as limitações do teto constitucional.
- c) Somente os empregados públicos da administração pública direta, bem como os de autarquias, estão sujeitos ao limite constitucional, sendo assim, o empregado da sociedade de economia mista tem direito a receber acima do teto constitucional.
- d) Se a sociedade de economia mista não receber recursos de nenhum ente da federação, para despesas de pessoal ou de custeio em geral, poderá o empregado receber remuneração acima do teto constitucional.

43-Certo funcionário público de repartição pública do Estado “Y”, enquanto trabalhava na organização de documentos, num momento de desatenção, ao jogar materiais inúteis no lixo, acabou por jogar também importante documento oficial, que não foi mais encontrado. Podemos dizer que a atitude do funcionário:

- a) Configura situação atípica.
- b) Configura crime de condescendência criminosa.
- c) Configura crime de prevaricação, conforme Artigo 319 do CP.
- d) Configura crime de extravio ou inutilização de livro ou documento, conforme Artigo 314 do CP.

44-Uma construtora com sede no Município “X”, constrói um edifício sob o regime de empreitada no Município “Y”, onde não possui estabelecimento. A competência para a imposição do Imposto Municipal Sobre Serviços (ISS) caberá a municipalidade:

- a) Do Município “X”, porque é o Município onde a construtora tem sua sede social.
- b) De Município “Y”, porque é o local onde foi construído o edifício.
- c) Do Município “X”, porque construção civil não é prestação de serviços.
- d) Do Município “X”, porque a construtora não tem estabelecimento em Município “Y”, e em razão do princípio da territorialidade, não pode ser exigido o tributo sobre contribuintes estabelecidos fora do território de cada ente federado.

45-Empresa concessionária de serviço público, sem notificar previamente o Poder concedente, transfere o controle acionário para outra empresa privada, de parte do contrato de concessão. Qual a medida que poderá ser tomada pelo Poder Público, caso a nova empresa não atenda as exigências técnicas, de idoneidade financeira e regularidade jurídica:

- a) Declarar a caducidade da concessão, tendo em vista o caráter *intuitu personae* do contrato de concessão.
- b) Após pagamento de indenização, deverá retomar o serviço por motivo de interesse público, através de encampação.
- c) Nada poderá fazer o poder concedente, uma vez que a empresa concessionária, apesar da alteração societária, não desnatura o caráter *intuitu personae* do contrato de concessão.
- d) Caberá a aceitação por parte do poder concedente, já que a empresa concessionária tem total direito sobre o serviço e o contrato.

46-Diretor do departamento de licitações oferece a certo empresário do ramo de construção civil, contrato de prestação de serviço público, com dispensa de licitação, mediante pagamento de uma suposta ajuda de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que deverá ser pago em espécie ao responsável pela licitação. Após tudo acertado, o fato fora descoberto e publicado em jornal do Município envolvido. Fica correto afirmar:

- a) O diretor do departamento de licitações, na qualidade de agente público, responderá sozinho pelo crime de improbidade administrativa.
- b) Nenhum dos envolvidos responderá por crime, respondendo apenas por processo administrativo.
- c) O empresário responde por improbidade administrativo, por ter pago ao funcionário, e o referido funcionário responde apenas por processo administrativo.
- d) Todos os envolvidos estão sujeitos a eventual ação de improbidade administrativa, o funcionário público na qualidade de agente público, e o empresário na qualidade de terceiro que concorreu e se beneficiou com a prática do ato.

47-O artigo 48 da Lei Orgânica do Município de Lavrinhas, estabelece que os projetos de iniciativa popular devem, além de serem assinados por 5% (cinco por cento) dos eleitores inscritos no Município, cumprir o seguinte:

- a) A proposta popular deveria ser articulada, exigindo-se para o seu recebimento pela Câmara a identificação dos assuntos, mediante identificação dos assinantes, pela apresentação do comprovante de endereço.
- b) A tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular terá preferência diante dos projetos em tramitação na câmara.
- c) Caberá a mesa diretora dispor sobre o modo como os projetos de iniciativa popular serão defendidos na Tribuna da Câmara.
- d) Caberá ao Regimento Interno da Câmara assegurar e dispor sobre o modo pelo qual os projetos de iniciativa popular serão defendidos na Tribuna da Câmara.

48-A Lei Orgânica do Município de Lavrinhas, em seu Artigo 165º, diz que a ação do Município no campo da assistência social objetivava:

- a) A integração do indivíduo ao meio social, com direito à lazer.
- b) O amparo à velhice e a criança abandonada.
- c) A integração das comunidades carentes, através de projetos de inclusão social.
- d) O amparo à velhice com direito à áreas especiais de atendimento e lazer.

49-Conforme Artigo 171º da Lei Orgânica do Município de Lavrinhas, que trata das microempresas e as empresas de pequeno porte municipal, com relação aos favores fiscais, podemos afirmar que:

- a) Isenção do imposto sobre serviço de qualquer natureza ISS, mediante pagamento de taxa mensal.
- b) Dispensa de escrituração dos livros fiscais estabelecidos pela legislação tributária do Município, ficando obrigadas a manter arquivada a documentação relativa aos atos negociais que praticarem ou que intervierem.
- c) Estão autorizados a utilizarem modelo simplificado de notas fiscais de serviço, porém não podem fazer uso do cupom de máquina registradora.
- d) Isenção das taxas de inscrição municipal e alvará de funcionamento.

50-A Emenda nº 07/96 à Lei Orgânica do Município de Lavrinhas, trata de:

- a) Dos proventos das aposentadorias dos servidores municipais.
- b) Da inclusão de cargo ao cargo de funcionários do município.
- c) De férias coletivas ao funcionalismo municipal.
- d) Da mudança do artigo 23 da LOM de Lavrinhas.